



DIREITO TRIBUTÁRIO

 **Estratégia**
OAB

II – SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO TRIBUTÁRIO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

A pessoa jurídica XPTO Ltda., sediada no Município Beta (capital do Estado “X”), onde tem seu único estabelecimento, dedica-se exclusivamente à atividade de locação de máquinas e equipamentos de informática. Todos os clientes da empresa XPTO Ltda. estão estabelecidos no Município Alfa (que corresponde à respectiva Comarca), para o qual o ISS incidente sobre a referida atividade vem sendo recolhido desde janeiro de 2017. Ocorre que o administrador da empresa não concorda com esses recolhimentos, razão pela qual parou imediatamente de efetuá-los. Nesse contexto, considerando que o administrador contratou você, como advogado(a), para patrocinar a causa da empresa, entregando-lhe todos os documentos comprobatórios dos recolhimentos realizados, redija a medida judicial adequada somente para repetir, em pecúnia, os pagamentos que já foram efetuados. (Valor: 5,00).

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão do cliente.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

João faleceu recentemente e deixou uma dívida de R\$ 70.000,00 a título de IR – Imposto de Renda, cujos fatos geradores são anteriores à data do seu óbito. Realizada a partilha dos bens deixados pelo de cujus, a viúva meeira obteve a meação no valor de R\$ 500.000,00 e os dois filhos menores, na condição de herdeiros, receberam os seus quinhões no montante de R\$ 250.000,00 cada um. A viúva e os herdeiros não recolheram aquele Imposto de Renda sob a alegação de que não podem ser responsabilizados por dívidas tributárias deixadas pelo de cujus, cujos fatos geradores são anteriores à abertura da sucessão, e porque os herdeiros são menores de idade, razões pelas quais o imposto não é devido. Sobre a hipótese descrita, responda os itens a seguir:

- A) O argumento de que o imposto não é devido porque os fatos geradores são anteriores à abertura da sucessão encontra fundamento legal? Fundamente (Valor: 0,65).
- B) O argumento de que os herdeiros são menores afasta a cobrança do imposto contra eles? Fundamente. (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

: A União adquiriu, por meio de permuta, um imóvel até então pertencente a Pedro, que era devedor, na época da permuta, dos seguintes tributos: IPTU e Taxa de Coleta de Lixo sobre o imóvel objeto da permuta e Taxa de Fiscalização Sanitária Municipal referente à atividade empresarial que desempenhava nesse imóvel. Como os débitos não foram pagos, o Município ajuizou Execução Fiscal em face da União, para a cobrança de todos esses débitos. Sobre a hipótese descrita, responda os itens a seguir:

- A) A União possui algum argumento constitucional para afastar a cobrança? Fundamente. (Valor: 0,65)
- B) A União pode ser responsabilizada pelo pagamento de todos aqueles tributos? Fundamente. (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Cleber arrematou um jato (aeronave) e um apartamento que foram levados a leilão em virtude de várias execuções trabalhistas ajuizadas por funcionários de determinada empresa em face de seu empregador. Os bens foram arrematados pelo valor total de R\$ 2.000.000,00, porém, o valor total dos débitos trabalhistas com os reclamantes é de R\$ 2.200.000,00. Além disso, a aeronave arrematada possuía dívida de IPVA no valor de R\$ 50.000,00 e o apartamento arrematado possuía dívida de IPTU no valor de R\$ 30.000,00. Sobre a hipótese descrita, responda os itens a seguir:

A) Os débitos tributários relativos ao IPTU podem ser pagos com o valor da arrematação? Fundamente. (Valor: 0,60)

B) Incide IPVA sobre a propriedade de aeronaves? Fundamente. (Valor: 0,65).

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

A Construtora Segura tem sua sede e único estabelecimento no Município de São Paulo e constrói apartamentos de luxo somente no Município de Guarujá, no litoral do Estado de São Paulo. Com o objetivo de diminuir os custos das suas obras e se tornar, desse modo, mais competitiva, adquiriu uma fábrica de blocos, situada no Município de São Bernardo do Campo, e passou a utilizar os blocos que produz em todas as suas obras. Ocorre que a Construtora Segura foi autuada pela fiscalização estadual por falta de recolhimento do ICMS incidente sobre a venda dos blocos por ela produzidos, pois a autoridade fiscal verificou que ela estava incluindo o preço dos blocos na base de cálculo do ISS e recolhendo o imposto municipal ao Município de São Paulo quanto às obras realizadas no Município de Guarujá. Sobre a hipótese descrita, responda os itens a seguir:

A) A autuação realizada pelo fiscal estadual está correta? Fundamente (Valor: 0,60).

B) Para qual Município é devido o ISS incidente sobre os serviços de construção civil prestados pela Construtora Segura? Fundamente (Valor: 0,65)..

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

